

DAS ESCOLAS QUE SURGEM EM MEIO A GRUPOS FAMILIARES ÀS ESCOLAS INSTITUCIONALIZADAS: UMA TRAJETÓRIA DOS PRIMEIROS MOVIMENTOS ESCOLARES EM RONDÔNIA

Marlos Gomes de Albuquerque
Universidade Federal de Rondônia
marlos@unir.br

José Luiz Magalhães de Freitas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
joseluizufms2@gmail.com

Resumo:

O presente artigo foi desenvolvido tendo como objetivo investigar a trajetória dos primeiros movimentos escolares em Rondônia, com enfoque para o ensino de Matemática na educação primária durante o período de 1913 a 1976. Trata-se de uma pesquisa histórica, centrada na concepção de que para se compreender como somos hoje é necessário olhar o passado. Dentre os resultados, percebemos que apesar da presença de colonos desde o século XVI nessa região, as primeiras escolas só foram criadas no princípio do século XX. Quanto às conclusões percebemos que os primeiros movimentos escolares em Rondônia passaram por grupos organizados de familiares, formados por colonos ou migrantes brasileiros, pela presença da Igreja, além do poder público instituído, todos como precursores da Educação local. Ressaltamos ainda que durante muito tempo o ensino de Matemática foi exercido por professores leigos, situação que só veio ser alterada recentemente.

Palavras-chave: Rondônia; História da Educação Matemática; Escolas primárias.

1. Introdução

Nenhum saber é construído no ermo, pois não sobreviveria no isolamento, uma vez que “Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento” (BLOCH, 2001, p. 50). Compreender como somos hoje nos leva a olhar o passado para entender o tempo presente, não um olhar qualquer, pois “não há uma transmissão direta, linear, do passado para o presente. A história não é regida por lei de causa e consequência” (VALENTE, 2013, p. 28), para tanto, o pesquisador de outras áreas de conhecimentos, a exemplo deste pesquisador que tem formação em Matemática, precisa apropriar-se dos instrumentos da pesquisa histórica de tal forma que possa dar “corpo as características mais genuínas da monografia historiográfica e intenta construir uma história histórica [...], tomando em atenção às coordenadas de tempo e do espaço: quadros de

mudança e quadros de permanência; relações entre o local/regional e o geral/nacional” (MAGALHÃES, 1999, p. 64), ou global.

Com tal concepção, a presente pesquisa foi desenvolvida tentando saber: *De que maneira se deu a trajetória dos primeiros movimentos escolares nas escolas primárias em Rondônia?* Os escritos pertinentes ao desenvolvimento da Educação em Rondônia constituem-se como objetos de estudos de vários autores, donde por meio da análise das pesquisas publicadas por: (LIMA, 1993), (ARCARI, 1995), (DUTRA, 2010), (GOMES, 2012), (RUEZZENE, 2012), (ALBUQUERQUE, 2014) foi possível demilitar o espaço temporal de 1913 a 1976 e construir o mapeamento que apresentamos a seguir.

2. O surgimento das primeiras escolas

Os registros acerca das origens da história da Educação institucionalizada no atual Estado de Rondônia nos levam ao ano de 1913, quando foi aberta a primeira Escola no Alto Madeira quando à época ainda pertencia ao Estado do Amazonas. Salienta-se que no século XVI já se registrava nessa região a presença de colonos luso-brasileiros e dos brasileiros no século XIX, contudo não houve nenhum registro de espaço escolar formal até o século XX. Por que esse silêncio temporal? “Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história” (LE GOFF, 2003, p. 109).

Essa lacuna secular, sem que fosse criada uma escola, também foi observada por Ruezzen (2012) que questiona:

Se a ocupação/exploração dos vales dos Rios Guaporé-Mamoré-Madeira data a partir do século XVI, por que a criação da primeira escola pública ocorreu apenas no ano de 1913? Segundo Lima (1993), a partir de tal momento, surgiu certo desejo por aqueles que lá viviam aliados à “boa vontade” do poder público em promover o progresso da região e não mais apenas explorá-la, ou seja, percebe-se a educação como forma de desenvolvimento socioeconômico para a região, que deu origem à Rondônia (RUEZZENE, 2012, p.44).

O poder público não via a necessidade de abrir escolas na localidade, pois entendia como reduzido o aglomerado de pessoas de forma que não justificava o investimento na construção de uma instituição educacional.

Anteriormente a chegada das escolas institucionalizadas, o ensino na Vila de Porto Velho ficava limitado ao âmbito familiar, Arcari (1995) destaca que para educar os filhos o núcleo familiar escolhia alguém que tivesse melhor instrução e soubesse ensinar, por iniciativa própria, montava de forma provisória a escola em casa, ou construía barracões para esse fim.

O ano de 1913 foi um marco para o grande desenvolvimento na região da cidade de Santo Alto Madeira pertencente ao estado de Mato Grosso, local onde foi aberta a primeira escola. A segunda escola foi aberta em Porto Velho, pertencente ao estado do Amazonas no ano de 1915. Esta escola, segundo Lima (1993), tinha o corpo discente formado por meninos e meninas utilizando o mesmo espaço, fato que era inédito mesmo para os padrões da época, quando as salas eram separadas por gênero.

Em 1922 é fundada a Escola Dom Bosco, que em 1927 passa a ser denominado Colégio Dom Bosco, onde até 1987 só estudavam meninos. A escola com mais de 90 anos de atuação em Rondônia tem no seu prédio antigo o funcionamento da prelazia e do seminário menor.

Na vila Guajará-Mirim, em 1924, o Coronel Paulo Cordeiro da Cruz Saldanha, assumindo a Educação criou a primeira escola no vilarejo e com o êxito obtido, posteriormente criou o Instituto Paula Saldanha, destinado a adultos. Posteriormente vieram as Escolas Reunidas que, de acordo com Arcari (1995), teve como o primeiro professor o normalista Carlos Costa, que concluiu sua formação no Colégio Dom Bosco em Manaus.

Foi fundada em 1931, em Porto Velho, a Escola Nossa Senhora Auxiliadora, construção idealizada pelos padres salesianos João Nicoletti e Antônio Peixoto, sendo aberta apenas para meninas. Constava do seu estatuto o preparo de suas alunas para serem hábeis donas de casa, previdentes mães de família e dignas senhoras da sociedade (LIMA, 1993).

3. As funções femininas perpassando o ofício do magistério

No ano de 1932, o Prelado da vila de Guajará Mirim Dom Francisco Xavier Rey, criou o Colégio Interno Santa Terezinha. O religioso tinha como objetivo minimizar a falta de sistema escolar ao longo do Rio Guaporé. Para isso ele viajou, passando de casa em casa em torno do rio e conseguindo várias alunas devidamente autorizadas pelos seus pais, estas compuseram o primeiro corpo discente do colégio.

As professoras formadas nas escolas de Dom Rey exerciam papel de destaque na sociedade guaporeana, de tal modo, que suas funções perpassavam a sala de aula. Além de exercerem as funções de evangelizadoras, leitoras de cartas, algumas teresianas, “foram indicadas como prefeitas temporárias, em substituição ao prefeito ausente; como juízas de paz, atuando nas decisões de divórcios, batizados e casamentos; como secretárias de educação; e como conselheiras da comunidade” (DUTRA, 2010, p. 89).

A preparação recebida para a atuação docente permitiu que essas professoras não medissem esforços ou sacrifícios e atendessem prontamente os chamados para o exercício de seu ofício, independentemente da distância dessas regiões.

4. As escolas após a criação do Território Federal do Guaporé

O Território Federal do Guaporé, atual Rondônia, foi criado pelo decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, a partir do desmembramento de parte dos Estados do Amazonas e Mato Grosso. Em 1944, dentro da nova Unidade Federativa, foi criada a Escola Getúlio Vargas, primeira instituição de ensino pela nova forma administrativa, sucessivamente vieram outras escolas para atender aos migrantes que chegavam.

Era imprescindível a abertura de novas escolas, entretanto havia a necessidade de formar mais professores. A Senhora Laudimíia Trotta, esposa do então Governador Frederico Trotta, tornou-se uma figura preponderante no incentivo ao magistério, pois o Território foi beneficiado pelas ações da primeira dama que imersa na área educacional, iniciou o Curso

Normal Regional na Escola Carmela Dutra, que foi regularizado através do Decreto 78 de 20 de abril de 1947.

O historiador Jacques Le Goff defende que não há história sem documentos, entretanto entende “documento” em sentido mais amplo, que vai desde o documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, até a imagem, ou de qualquer outra maneira (LE GOFF, 2003). O documento iconográfico a exemplo da fotografia nos fornece vestígios para a pesquisa, seu uso “vem ganhando espaço nas pesquisas históricas, deixando de ser apenas apêndice do texto com caráter figurativo para se tornar registro histórico” (DALCIN, 2012, p. 4).

Assim, nos apropriando dessa concepção, trazemos a figura 1 que é um registro fotográfico conseguido por meio da página eletrônica da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON) e mostra o prédio da Escola Carmela Dutra. Sua construção em alvenaria já se diferenciava da arquitetura de madeira, predominante na época em Porto Velho. Em torno da escola observa-se ainda o chão de barro batido, sem nenhum beneficiamento para o acesso dos alunos no sentido que diminuísse a poeira nos períodos de pouca chuva, ou a lama acumulada durante o inverno amazônico. Através da figura 2, ficou o registro dos formandos da primeira turma dessa escola tendo ao centro, a Secretária Estadual de Educação Laudimíia Trotta.



Figura 1 – Escola Carmela Dutra
Fonte: EMERON¹



Figura 2 – Formandos do Curso Normal Regional
Fonte: Ivo Feitosa²

¹ Site Emeron: http://emeron.tjro.jus.br/v_encontro/index.php/component/content/article/16-albuns/57-historia-de-rondonia. Acesso em 09/11/2013.

² Site Gente de opinião: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=49853>. Acesso em 09/11/2013.

A pose foi realizada com todos os alunos uniformizados. Apesar do forte calor, a gravata era um acessório comum e obrigatório para a turma, que era composta por rapazes e moças que concluíram o curso em 1950. Destaca-se ainda que:

O Curso Normal Regional recebeu alunos e alunas de diversas partes do Território Federal de Guaporé, nos mesmos moldes adotados na década anterior por D. Francisco Xavier Rey. Eram quase todos professores leigos, de diversas vilas e cidades do Território, que recebiam bolsas para frequentar o Curso Normal (ARCARI, 1995, p. 34).

As ações visando a preparação dos jovens para o exercício da docência continuam e em 1950, na Escola Maria Auxiliadora, foi instalado o curso de Pedagogia, onde também eram oferecidos os cursos de pintura, música e corte e costura. Estes cursos de formação de professores tinham a mesma concepção do restante do Brasil, formar um corpo discente feminino que seriam as futuras professoras para atuar com o ensino primário.

Com o intuito de formar professores de maneira que existissem profissionais melhores habilitados para atuar na Educação, foi criado em 1952, também na Escola Normal Carmela Dutra, o curso Pedagógico com habilitação de Magistério de nível médio. Em 1961 esta instituição passou a se chamar Colégio Normal Carmela Dutra e hoje é denominado Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra.

Com a valorização da produção e comercialização da borracha, pós segunda guerra mundial, aumentou o número de migrantes vindos para este Território, e para atender essas novas famílias foi necessária a abertura de novas escolas nas vilas que estavam sendo colonizadas.

Porém, foi na década de 1970 que aumentou o fluxo de migrantes vindos para essa região, levando o poder público local a realizar transformações em todos os setores que estavam sob sua responsabilidade, “tanto o crescimento demográfico de incremento explosivo a ordem de mais de 20% ao ano, como a evolução sócio-econômica, passou a exigir uma maior expansão do setor educacional” (LIMA, 1993, p. 20).

Tal situação pode ser abalizada através dos números apresentados como resultados dos censos demográficos, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento da população em Rondônia, de 1970 até 1980 foi da ordem de 442,14%, em termos percentuais foi o período de maior avanço populacional.

5. As primeiras escolas em Vila de Rondônia

Compreender a trajetória de criação das primeiras escolas na região central do estado, ou particularmente em Vila de Rondônia, atual Ji-Paraná, nos faz retornar ao período compreendido entre 1952 a 1957, quando a senhora Gadelha ministrava suas aulas as crianças em uma escola, que foi construída de forma improvisada pelos moradores e oficializada posteriormente pelo poder público.

No ano de 1958, com a saída dos antecessores, o Governo nomeou a moradora da vila, senhora Beatriz Ferreira da Silva para o cargo de professora passando a ser responsável pela única escola então existente (LIMA, 1993).

De acordo com este autor, no ano de 1964, a escola muda para outro prédio construído pelo Padre Adolfo Rolh e doado a administração da vila, para onde são contratadas novas professoras e a escola passa a ter quatro salas.

A escolha, pelos moradores, de alguém mais instruído para ser o professor ou a professora evidencia que, por um bom tempo, as escolas tiveram à frente, pessoas sem a habilitação formal necessária ao ofício. Entretanto, foram esses professores leigos que contribuíram com o desenvolvimento sócio educacional de Rondônia, numa época em que os letrados eram em pequeno número e se concentravam nos grandes centros urbanos do país.

Na condição de testemunha ocular, os professores Alejandro Yague Mayor e Maria Leopoldina Froes Yague precursores da Educação em Ji-Paraná, em entrevista concedida a Arcari (1995) relataram que a precariedade existente, quando houve a abertura da primeira escola em Ji-Paraná, tanto no que concerne ao espaço físico, quanto no exercício da docência permanece e se estende pela década de 1970, explicaram ainda que:

Com o grande fluxo de migrantes e o Estado sem estrutura para atender, cada comunidade construía sua escola, com lascas de madeira, coberta de palha. Os bancos e as mesas eram cravados no chão. Aí vinham alguns pais até a delegacia e diziam: “está pronta a escola”. O delegado comprovava se o candidato sabia ler e imediatamente contratava. A maioria tinha a terceira série do primário. Quem tivesse

a quarta série, era qualificadíssimo. Em 1977 e 78, já tinha se suprido a falta de professores (ARCARI, 1995, p. 39).

Em 1970 é fundado, através do Decreto nº 603, o Colégio Normal Marechal Rondon, onde era oferecido o curso de regentes de ensino. Concebendo a formação do professor primário, foi instalado em 1976 o curso de 2º grau com habilitação em Magistério e de Técnico em Contabilidade, oportunizando aos munícipes a possibilidade de curso profissionalizante sem a necessidade de sair do cerne da família. Ao longo do tempo vieram outras escolas, contudo o Instituto Estadual Marechal Rondon era a única instituição que oferecia a habilitação em Magistério no município de Ji-Paraná.

6. O ensino de Matemática: do professor leigo ao professor habilitado

No início e em meados do século XX bastava ler, escrever, fazer as operações básicas que já se destinava ao exercício do magistério localmente. Com a chegada dos espaços institucionalizados, a exemplo da escola criada por Dom Rey, novos saberes matemáticos foram construídos, haja vista que:

Em relação ao conteúdo ministrado no Colégio Santa Terezinha, a professora Isabel ressaltou que estudavam todos os conteúdos nas disciplinas de ‘Matemática, Português, porque naquele tempo não se falava em conhecimentos gerais’. Ela prossegue dizendo que se incluíam ainda as áreas de Geografia, História do Brasil, Matemática, entrando nesta última noções de desenho e geometria (DUTRA, 2010, p. 72).

Notadamente além das operações básicas de Matemática, as futuras professoras já aprendiam noções de desenho e geometria. As aulas eram distribuídas da seguinte forma: pela manhã Matemática e Língua Portuguesa, no período da tarde eram oferecidas Geografia, História do Brasil e Ciências” (DUTRA, 2010, p. 72).

Todavia a presença de espaços institucionalmente escolarizados eram poucos. As escolas Normalistas e o curso de Magistério habilitavam professores para atuação nas séries iniciais do antigo 1º grau. Mesmo com o surgimento de novas escolas, não havia pessoal suficientemente habilitado para atender a demanda do ensino de Matemática nos diferentes

níveis de ensino, o que levou, durante muito tempo, a outros profissionais atuarem como professores:

Na década de 90 do século XX, uma possibilidade no sentido de suprir a demanda por professores em Rondônia, nas áreas de maior carência (**Matemática**, Biologia, Física e Química), era a realização de Exames de Suficiência. A universidade, desde que autorizada pelo Conselho Federal de Educação – CFE, poderia realizar exames de suficiência, sendo que médicos, dentistas, engenheiros, veterinários, etc., poderiam participar desses exames. Se aprovados, esses profissionais receberiam uma carteira para atuarem como professor somente no Estado de Rondônia (RUEZZENE, 2012, p. 92).

A situação em voga tinha amparo legal, conforme preconizava a LDB 5692/71, que em seu Artigo 77, afirmava:

Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário [...] nas demais séries do ensino de 1º grau e no 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho (LDB 5692/71, Artigo 77).

O ensino de Matemática na Educação Básica em Rondônia continuou sendo exercido majoritariamente por professores leigos até início da década de 2000, quando foi criado o Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos de Rondônia (PROHACAP). “Este programa de formação de professores em serviço ocorreu via parceria entre governos estadual e municipal com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Tinha como público alvo o professor que já estava em exercício em sala de aula, contudo não tinha a formação ou a habilitação para este fim” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 63).

O PROHACAP surgiu face às exigências mínimas para o magistério trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação nº 9394/96, donde no seu artigo 62, preceitua: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de

Licenciatura, de graduação plena, em Universidades e institutos superiores de educação [...]” (LDB, 2010, p.46).

Na atualidade há em Rondônia (06) seis cursos presenciais de Licenciatura em Matemática, que visa suprir a demanda dentro e fora dele.

7. Considerações Finais

A história não é linear, mas constituída de permanências e rupturas, assim, olhar o passado objetivando a compreensão do tempo presente, faz-se necessário conhecer sua trajetória tendo como ação precípua não apenas o conhecimento desse passado, mas para servir de elemento de comparação para entendimento do presente (LE GOFF, 2003).

Desde o século XVI já se registrava a presença de colonos na região do Alto Madeira (atual Porto Velho, capital rondoniense), entretanto, a primeira escola institucionalizada surge quatro séculos depois, donde notadamente percebemos que por meio desta ausência de instituições escolares estava posta uma divisão social. A elite (seringalistas) enviava seus filhos para estudar na Europa enquanto que a plebe ficava sem escolas.

A reestruturação do ensino que adveio a partir da reforma da Escola Normal em 1890 e levou mudanças ao cenário da Educação no Brasil, a exemplo da criação dos Grupos Escolares em São Paulo em 1893 (SOUZA, 2004), possivelmente tenha influenciado localmente na criação desta primeira instituição escolar que ocorreu no ano de 1913.

Vale ressaltar que a criação de um espaço institucionalizado não era prerrogativa dos moradores dessa região para o surgimento de novas escolas. Os migrantes se organizavam, selecionavam entre eles alguém que dominasse a leitura, escrita e realizasse operações básicas de matemática para a condição de professor leigo. O espaço em geral era improvisado em barracos e estava criada a escola. Durante muito tempo o exercício do ensino de Matemática foi praticado, em grande parte da Educação Básica, por professores leigos, situação que só veio ser resolvida, ou minimizada a partir do ano 2000.

O movimento de criação das escolas não ficou restrito a grupos familiares que se organizavam para esse fim, mas passou também por ações advindas da igreja, tendo a presença de um Prelado na região de Guajará Mirim e de Padres na região de Porto Velho e de Ji-Paraná. Há ainda um Coronel presente neste movimento de escolarização, todos envolvidos como precursores da educação em suas regiões.

Em meados do século XX percebemos que foi fortalecido nessa região, na qual mais tarde seria fundado o estado de Rondônia, o movimento de criação de Escolas Normalistas para atender a demanda de professoras para as escolas que eram criadas no novo Território Federal, tendo à frente a figura de Dona Ludimila Trotta, esposa do Governador, o que nos leva a pressupor que era resquício da feminização do magistério que circulava globalmente influenciando a Educação localmente.

A partir de então, o poder público passou a exercer maior atuação na Educação, todavia podemos afiançar que a trajetória dos primeiros movimentos escolares em Rondônia, passou por grupos organizados de familiares sejam eles formados por colonos ou migrantes brasileiros. Houve ainda a presença da Igreja, além do poder público instituído.

8. Referências

ALBUQUERQUE, Marlos Gomes de. **Da formação polivalente ao movimento da Educação Matemática: uma trajetória histórica da Formação de Professores de Matemática na Universidade Federal de Rondônia em Ji-Paraná (1988-2012)**. 2014. 276 p. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática), Rede Amazônica de Educação em Ciência de Matemática – REAMEC, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

ARCARI, Margarida. **Educação em Rondônia: uma contribuição para o seu estudo**. 1995. 76 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1995.

BLOCH, Marc L. B.. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n. 5692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. ed. – Brasília: Coordenação de Educação Matemática, 2010.

DALCIN, Andreia. **Fotografia como fonte para pesquisas em História da Educação Matemática**. Anais do I Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática – I ENAPHEM. Vitória da Conquista – BA 2012.

DUTRA, Paulo Sérgio. **Memórias de professoras negras no Vale do Guaporé: do silêncio à palavra**. 2010. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

GOMES, Emmanoel. **História e Geografia de Rondônia**. Vilhena: Editora Express, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Abnael Machado de. **Achegas para História da Educação no Estado de Rondônia**. 3 ed. Porto Velho: SEDUC, 1993.

MAGALHÃES, Justino P. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, R; MAGALHÃES, J. (org.). **Para a História do Ensino Lical em Portugal**. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, p. 63-77, 1999.

RUEZENNE, Gilcimar Bermond. **Os Cursos De Licenciatura em Matemática no Estado de Rondônia: um panorama histórico**. 2012. 222 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SOUZA, R. F. de. Lições da Escola Primária. In. SAVIANI, D. et. al. (Orgs). **O legado educacional do século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.109-162.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Oito temas sobre História da Educação Matemática. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC**, História e Educação Matemática. Natal, ano 8, n. 12, p. 22-50, jan – jun, 2013.